



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informação SLC nº 22/2025

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

Assunto: Análise dos Recurso Administrativo interpostos no Pregão Eletrônico nº 90022/2025 (Processo PROAD n.º 2199-2025 – Aquisição de Switches).

Cuida-se, nesta oportunidade, da análise e manifestação desta Secretaria de Licitações e Contratos sobre:

- 1) Recurso Administrativo apresentado pela licitante **L8 GROUP SA**, contra a habilitação da empresa **COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA.** e
- 2) Petição de intervenção apresentada pela licitante **L8 GROUP SA**, em resposta às contrarrazões apresentadas pela empresa **COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA**,

no Pregão 90022/2025 (Processo PROAD 2199-2025) cujo objeto é o registro de preços para aquisição de switches de acesso, considerando serviços de garantia do fabricante e de switches topo de rack, considerando serviços de instalação, configuração e garantia do fabricante.

Primeiramente, insta esclarecer que o recurso interposto é tempestivo. Registre-se, outrossim, que o recurso foi precedido da necessária manifestação da intenção de recorrer (art. 165, parágrafo 1º, da Lei 14.133/2021).

Em suas razões, a empresa alega, em suma, que a licitante reconhecida como vencedora não atendeu aos requisitos técnicos contidos no Anexo II do Edital (Especificações Técnicas), referentes aos itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8, 17.11.25, bem como 17.13.8.1 a 17.13.8.4 do Termo de Referência anexo ao Edital.

Em contrarrazões, a recorrida rebateu as alegações, afirmando que os produtos ofertados atenderam os requisitos exigidos no edital e em seus anexos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Os documentos com as razões recursais e as contrarrazões estão em anexo.

Passo à análise.

A equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação, responsável pela contratação, analisou os aspectos atacados pelo recurso, bem como as contrarrazões da empresa vencedora. Segue a manifestação da STI, ponto a ponto:

Assunto: *Análise de Recurso Administrativo – Itens 17.13.1.6 e 17.13.1.8 do Termo de Referência*

Processo: *PE nº 90022/2025*

Recorrente: *L8 Group S.A.*

Recorrida: *COMPWIRE Informática Ltda.*

Objeto: *Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.*

*Em exame ao recurso administrativo apresentado pela empresa **L8 Group S.A.**, no qual se alega o suposto descumprimento dos requisitos de alta disponibilidade previstos nos itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8 do Termo de Referência, cumpre inicialmente esclarecer que a interpretação sustentada pela recorrente não se harmoniza com o conteúdo do edital nem com a arquitetura efetivamente ofertada na proposta analisada.*

Segundo a L8 Group S.A., a solução Huawei iMaster NCE-Campus teria sido entregue sob um modelo denominado “single-node”, complementado por um nó de standby e um arbitration server. A empresa sustenta que tal arquitetura implicaria ponto único de falha, ausência de redundância verdadeira e impossibilidade de continuidade sem interrupção dos serviços, argumentando que apenas estruturas ativo/ativo poderiam atender ao TR. Contudo, essa leitura não encontra suporte no edital e distorce o funcionamento real da solução ofertada.

O Termo de Referência não determina, em nenhuma de suas cláusulas, a adoção obrigatória de cluster ativo/ativo, nem exige que ambos os appliances NAC permaneçam



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

*simultaneamente ativos no processamento das funções da plataforma. O edital estabelece um requisito de **resultado** — manter a solução disponível, redundante e capaz de assumir a operação automaticamente em caso de falhas — sem impor o **modelo arquitetural** pelo qual esse objetivo deve ser atingido. Exigir que somente topologias ativo/ativo atendam ao TR representaria impor condição nova e não prevista, contrariando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.*

No caso concreto, a arquitetura apresentada pela COMPWIRE baseia-se em dois servidores completos, ambos com todas as funções do NAC instaladas e sincronização contínua dos dados, acrescidos de um servidor destinado à arbitragem. Trata-se de solução que opera em modo ativo/standby, com replicação permanente das informações e capacidade de comutação automática (switchover) em caso de falha do nó primário. A documentação oficial da Huawei, apresentada pela própria proponente e disponível nos manuais públicos, é explícita ao afirmar que o mecanismo de failover não causa interrupção dos serviços, e que “the switchover does not affect services”, garantindo continuidade operacional plena.

A solução implantada não opera de forma isolada: ela se apoia em dois appliances disponíveis, plenamente configurados e sincronizados, capazes de assumir a operação de forma imediata caso qualquer anomalia seja detectada no nó principal. O arbitration server, por sua vez, não representa componente de disaster recovery, mas o elemento responsável por assegurar a integridade do processo de failover, decidir automaticamente qual nó deve assumir o papel ativo e evitar condições de split-brain. Assim, longe de fragilizar a solução, o terceiro nó complementa o mecanismo de alta disponibilidade previsto pelo fabricante.

A alegação da recorrente de que qualquer troca de papéis entre servidores representaria interrupção dos serviços também não procede. O TR não exige uma comutação sem qualquer latência técnica, mas sim que a continuidade das operações seja preservada, sem perda de sessão, degradação perceptível ou necessidade de ação manual. A solução ofertada cumpre precisamente esse objetivo, pois o failover ocorre de forma automática, imediata e transparente para a camada de aplicação.

Dessa forma, verifica-se que o recurso apresentado pela L8 Group S.A. parte de pressupostos equivocados quanto ao funcionamento da arquitetura Huawei e amplia indevidamente as exigências editalícias, buscando impor modelo específico de HA que não foi previsto pelo TRT. A solução apresentada pela COMPWIRE atende integralmente às condições dos itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8: dispõe de mecanismo de alta disponibilidade, permite redundância com appliance adicional, mantém todos os serviços replicados e assegura continuidade das operações mesmo em caso de falhas, por meio de failover automático e transparente.

*Diante do exposto, conclui-se que não há qualquer violação às exigências do Termo de Referência. Assim, opina-se pelo **indeferimento** do recurso da empresa **L8 Group S.A.**, mantendo-se a habilitação e a classificação da proposta apresentada pela COMPWIRE.*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Assunto: *Análise de Recurso Administrativo – Item 17.13.1.8 do Termo de Referência*

Processo: *PE nº 90022/2025*

Recorrente: *L8 Group S.A.*

Recorrida: *COMPWIRE Informática Ltda.*

Objeto: *Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.*

Ao contrário do que sustenta a recorrente, a arquitetura apresentada pela Compwire atende plenamente ao item 17.13.1.8 do Termo de Referência, que exige que, na ocorrência de falha em um dos componentes, outro seja capaz de assumir integralmente as operações **sem interrupção dos serviços**. A alegação de que a topologia single-node com servidor de arbitragem não seria capaz de garantir continuidade operacional demonstra uma interpretação restritiva e desconectada tanto da documentação oficial da Huawei quanto do funcionamento real da solução.

Primeiramente, é importante esclarecer que a denominação “single-node”, utilizada pelo fabricante, não significa a existência de um único servidor operacional, mas refere-se à forma como a solução é implantado. Na proposta apresentada, há dois servidores completos, denominados primário e secundário, ambos configurados com a mesma capacidade, os mesmos serviços ativos e a mesma topologia funcional. Esses servidores mantêm sincronização contínua dos dados, permitindo que qualquer atualização feita no primário seja imediatamente refletida no secundário. Além disso, compõe-se o ambiente com um terceiro elemento — o servidor de arbitragem — responsável por supervisionar o estado de ambos os nós e acionar, de forma automática, o switchover sempre que a saúde do nó primário for comprometida.

A documentação oficial da Huawei é explícita ao descrever que o mecanismo de **active/standby switchover** garantido por essa arquitetura permite que os serviços sejam mantidos sem impacto operacional perceptível ao usuário. O trecho citado pela própria recorrida, retirado de contexto, reforça este ponto quando afirma “**the switchover does not affect services**”, deixando claro que o processo de chaveamento entre os nós é transparente para os dispositivos e usuários da rede, que continuam tendo suas requisições processadas normalmente. Trata-se de um mecanismo estabelecido e amplamente utilizado em implementações de alta disponibilidade da Huawei, suportando inclusive ambientes críticos de autenticação, gestão e políticas de acesso.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

A menção isolada ao process restart também não invalida o atendimento ao requisito editalício. Esse mecanismo refere-se a situações internas de autorrecuperação de processos dentro de um único nó, não ao funcionamento da solução completa. O process restart não se confunde com o failover, tampouco interfere na continuidade dos serviços quando há switchover entre primário e secundário. A recorrente, ao tentar utilizar esse trecho como evidência de interrupção, faz uma interpretação equivocada e dissociada do contexto técnico real.

Ainda que a solução da Huawei seja classificada como “single-node” pelo fabricante, o comportamento operacional implementado corresponde exatamente ao que o TR exige: continuidade das funcionalidades em caso de falha, sem interrupção do serviço. O requisito não exige arquitetura active-active, nem sistemas distribuídos complexos; exige apenas que, em caso de falha, a operação seja assumida de forma imediata e contínua, o que a arquitetura ofertada assegura por meio da replicação integral dos serviços, sincronização em tempo real e switchover automático supervisionado pelo árbitro.

Importante ressaltar que o Termo de Referência tampouco exige que não haja qualquer reinicialização interna de componentes — o que seria, de fato, próprio de arquiteturas de tolerância a falhas de altíssimo custo — mas apenas que o serviço não seja interrompido do ponto de vista do usuário e dos dispositivos da rede, o que a solução da Compwire entrega de forma consistente. Na prática, o ambiente mantém-se plenamente operativo durante o chaveamento, uma vez que o servidor secundário assume imediatamente o processamento das requisições sem perda de sessões, sem indisponibilidade perceptível e sem impacto sobre a experiência do usuário.

*Diante disso, fica claro que a arquitetura apresentada pela Compwire **atende integralmente** ao item 17.13.1.8, oferecendo redundância de serviços, sincronização em tempo real, detecção automática de falhas e chaveamento imediato, tudo isso preservando a continuidade dos serviços conforme exige o edital. Assim, as alegações da recorrente carecem de fundamento técnico e devem ser integralmente rejeitadas.*

Assunto: Análise de Recurso Administrativo – Item 17.11.25 do Termo de Referência

Processo: PE nº 90022/2025

Recorrente: L8 Group S.A.

Recorrida: COMPWIRE Informática Ltda.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.

O recurso interposto pela empresa L8 Group S.A. sustenta que a solução Huawei iMaster NCE-Campus/CampusInsight, ofertada pela COMPWIRE, não atenderia às exigências do item 17.11.25 do Termo de Referência, sob a alegação de que a plataforma dependeria exclusivamente da telemetria nativa dos equipamentos Huawei, não permitiria a instalação de sondas ou agentes independentes, não realizaria medições ativas e, por fim, restringiria o posicionamento de pontos de medição aos locais onde existam switches ou access points do fabricante. A partir dessas premissas, a recorrente conclui que a solução não atenderia ao requisito de flexibilidade previsto no edital e solicita a desclassificação da proposta.

Contudo, a análise técnica do Termo de Referência evidencia que tais alegações não se sustentam. O item 17.11.25 estabelece, de forma clara, que o monitoramento da experiência do usuário pode ser realizado por meio de hardware ou software instalados em pontos da rede, conforme o interesse da Administração. Trata-se de uma exigência funcional, destinada a assegurar que a solução seja capaz de medir a percepção do usuário em pontos relevantes da rede, sem impor qualquer metodologia específica, sem exigir sondas independentes, medições ativas, geração de tráfego sintético ou agentes instalados em estações de trabalho. O edital não determina, de maneira explícita ou implícita, que esses elementos devam ser externos à solução de gerenciamento ofertada, tampouco exige compatibilidade com dispositivos de terceiros ou a possibilidade de monitoramento em enlaces WAN, redes operadoras ou segmentos fora do escopo do projeto.

A interpretação apresentada pela L8 Group S.A. amplia de forma indevida o alcance do item 17.11.25, convertendo uma exigência de resultado em uma exigência de meio. O edital demanda que a solução seja capaz de monitorar a experiência do usuário; não exige que esse monitoramento ocorra obrigatoriamente por sondas ativas ou por componentes independentes instalados em locais arbitrários da rede. A imposição de tais requisitos, além de não encontrar respaldo no texto editalício, contraria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e não pode ser utilizada para restringir a competitividade ou desclassificar propostas tecnicamente válidas.

A solução ofertada pela COMPWIRE foi amplamente demonstrada por meio de documentação oficial da Huawei. Tal documentação comprova que o iMaster NCE-Campus/CampusInsight permite a instalação de software de gerenciamento em ambiente definido pela Administração e realiza o monitoramento da experiência do usuário por meio de telemetria, análise da jornada do cliente, correlação de métricas de desempenho e detecção automática de degradações perceptíveis ao usuário final.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

A alegação de que o edital exigiria medições ativas não encontra fundamento técnico. O TR não distingue entre medições passivas e ativas, tampouco estabelece obrigação de geração de tráfego sintético. A metodologia de aferição é escolha tecnológica da solução, desde que o resultado — o monitoramento da experiência do usuário — seja alcançado. Assim, não há impedimento para que a solução utilize telemetria como mecanismo de coleta, especialmente considerando que tal telemetria faz parte da arquitetura adquirida no próprio certame.

Do mesmo modo, a afirmação de que a solução deveria funcionar em locais sem equipamentos Huawei baseia-se em suposição que extrapola o escopo do projeto. O edital trata do monitoramento no contexto da rede contratada, e não de redes externas, WANs, enlaces de operadoras ou segmentos herdados que não integram o ambiente licitado. Não é possível exigir que a solução opere fora da arquitetura instalada pelo projeto, especialmente quando tal requisito não foi previsto pelo edital.

Em síntese, as alegações apresentadas pela L8 Group S.A. buscam incluir obrigações não previstas no Termo de Referência, apresentando interpretação excessivamente restritiva e descolada do texto editalício. Já a solução apresentada pela COMPWIRE atende integralmente ao que o item 17.11.25 estabelece: oferece mecanismo de instalação de software em pontos definidos pela Administração, permite coleta simultânea de dados e entrega indicadores de qualidade percebida pelo usuário, cumprindo integralmente a finalidade prevista no TR.

Diante do exposto, conclui-se que não há fundamento técnico ou jurídico que justifique a desclassificação da COMPWIRE. A solução ofertada está em plena conformidade com o item 17.11.25, e o recurso da empresa L8 Group S.A. não merece prosperar, devendo ser indeferido.

Assunto: Análise de Recurso Administrativo – Item 17.13.8.1 a 17.13.8.1.4 do Termo de Referência

Processo: PE nº 90022/2025

Recorrente: L8 Group S.A.

Recorrida: COMPWIRE Informática Ltda.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

A empresa L8 questiona a conformidade da solução Huawei iMaster NCE-Campus com o item 17.13.8.1 do Termo de Referência, alegando ausência de integração funcional com firewalls de próxima geração (NGFW) dos fabricantes Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto, bem como ausência de documentação específica para cada fabricante. Contudo, tais alegações não se sustentam tecnicamente, além de contrariarem o entendimento já firmado por esta equipe técnica no âmbito de diligência formal conduzida pelo próprio Tribunal, a qual concluiu pelo pleno atendimento do requisito pelo fornecedor.

Antes de tudo, é necessário esclarecer que o Termo de Referência não exige, em nenhum momento, a utilização de conectores proprietários, APIs exclusivas, plugins dedicados, certificações conjuntas ou mecanismos específicos de cada fabricante. O edital exige apenas que o NAC seja capaz de integrar-se funcionalmente aos NGFW elencados, suportando segmentação dinâmica, troca de informações e comunicação necessária para aplicação de políticas de segurança. A interpretação sugerida pela L8, no sentido de que haveria obrigatoriedade de conectores nativos para cada vendor (como User-ID, pxGrid, RSSO ou Identity Awareness), não encontra respaldo no texto editalício e representa clara extrapolação das exigências contratuais.

Em contraste com a tese levantada, a arquitetura Huawei iMaster NCE-Campus implementa integração com NGFW por meio de padrões abertos amplamente adotados no mercado, incluindo os protocolos AAA RADIUS, RADIUS Accounting, CoA (Change of Authorization) e DM (Dynamic Authorization). Esses mecanismos constituem precisamente a base técnica de interoperabilidade entre NAC e firewalls utilizada pelos fabricantes mencionados, permitindo que o firewall receba informações de autenticação e contexto para a aplicação de políticas dinâmicas de segurança. Trata-se, portanto, de integração plenamente compatível com o que o TR solicita.

Além disso, há evidências públicas de que os firewalls Check Point, Fortinet, Cisco e Palo Alto suportam nativamente o recebimento de informações de identidade e contexto via RADIUS Accounting — mecanismo que se articula de forma direta com a arquitetura Huawei. Firewalls Check Point, por exemplo, admitem fontes de identidade via RADIUS Accounting no módulo Identity Awareness. A Fortinet, por sua vez, documenta detalhadamente a integração via RSSO baseada em RADIUS, e há inclusive discussão em fórum oficial da fabricante confirmando a interoperabilidade com a solução Huawei. Cisco NGFW também suporta coleta de identidade via RADIUS Accounting, além de o próprio iMaster NCE-Campus, em versões mais recentes, oferecer suporte a pxGrid, ampliando ainda mais a interoperabilidade. Palo Alto Networks, por sua vez, aceita identidade via User-ID alimentada por fontes como RADIUS Accounting e utiliza essas informações para aplicar políticas dinâmicas associadas a usuários e grupos. Tudo isso evidencia que o modelo de integração adotado pelo Huawei iMaster NCE-Campus está alinhado ao padrão aceito por todos os fabricantes citados no edital.

Cumpra observar que a Compwire apresentou documentação adequada, incluindo manuais oficiais, materiais técnicos e declaração formal da Huawei atestando a conformidade da solução com os requisitos do Termo de Referência. Resta claro, assim, que a integração



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

funcional ocorre por meio de protocolos abertos amplamente suportados e não depende de mecanismos proprietários, tampouco de templates específicos por fabricante — exigências inexistentes no edital.

Diante desse cenário, conclui-se que a solução Huawei iMaster NCE-Campus atende integralmente ao requisito de integração com firewalls NGFW previsto no Termo de Referência, cumprindo a exigência de segmentação dinâmica, troca de informações e compatibilidade com os fabricantes especificados. A tentativa da L8 de reabrir discussão sobre ponto já esclarecido e validado carece de fundamento técnico e jurídico, sendo improcedente. Assim, não há motivo para acolher o questionamento.

DA CONFISSÃO TÉCNICA E A QUEBRA DO REQUISITO DE ALTA DISPONIBILIDADE

Ao contrário do que procura sustentar a recorrente, não há qualquer “confissão técnica” de inatendimento ao requisito de alta disponibilidade, tampouco se pode extrair do uso isolado da palavra “restabelecimento” a conclusão de que a solução ofertada se limitaria a um cenário de recuperação de desastres. Em primeiro lugar, o Termo de Referência em nenhum momento fixa, ainda que de forma implícita, um RTO igual a zero, nem utiliza a terminologia própria de planos formais de continuidade de negócios (RTO, RPO, DR). O que o item 17.13.1.8 exige é um resultado: que, em caso de falha de um dos componentes do NAC, o outro assuma todas as operações e funcionalidades “sem interrupção dos serviços”, vedando-se soluções que dependam de intervenção manual, longos procedimentos de restauração ou indisponibilidade perceptível ao usuário. Transformar essa cláusula em uma obrigação de RTO estritamente nulo, além de não encontrar amparo na redação do edital, significaria criar requisito técnico superveniente, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Quando se analisa a literatura técnica e a documentação de grandes fabricantes, verifica-se que o conceito de Recovery Time Objective é, justamente, o “tempo máximo de indisponibilidade tolerável” para determinado serviço, a ser definido conforme a criticidade do negócio. A documentação da Oracle para ambientes de banco de dados, por exemplo, caracteriza o RTO como a quantidade de tempo de inatividade que a organização admite suportar e esclarece que sistemas de alta disponibilidade têm por objetivo reduzir esse tempo em relação a uma implantação simples, não eliminá-lo absolutamente. Oracle Docs+1 (Anexo I – docs-oracle). De modo semelhante, a documentação oficial da Microsoft Azure define RTO como a “duração máxima aceitável de indisponibilidade” em um cenário de falha, ressaltando que esse valor é expresso em unidades de tempo (segundos, minutos, horas) e deve ser adequado ao perfil do serviço. Microsoft Learn+1 (Anexo II – learn-microsoft). Estudos e guias de boas práticas na área de continuidade de negócios reiteram essa concepção: trata-se de um limite temporal definido pelo gestor público ou privado para orientar o desenho da solução, e não de uma exigência universal de tempo igual a zero. docs.netapp.com+1 (Anexo III – docs-netapp).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

O próprio mercado de soluções de alta disponibilidade demonstra que um RTO estritamente nulo é, na prática, inexequível ou reservado a arquiteturas de tolerância a falhas de custo elevadíssimo. Fabricantes especializados em clusterização para aplicações críticas exemplificam cenários em que, mesmo sob soluções classificadas como “high availability”, o RTO típico é da ordem de segundos ou de aproximadamente um minuto, decorrente do tempo de detecção de falha e da troca automática de papel entre os nós, sem que isso descaracterize a solução como HA Evidian (Anexo IV - evidian). Mais importante: esses mesmos fornecedores explicitam que o objetivo da alta disponibilidade é minimizar o tempo de indisponibilidade a um patamar aceitável para o negócio, enquanto a recuperação de desastres lida com eventos de maior escala e RTOs mais amplos; os conceitos são complementares e não se confundem, mas em nenhum momento se afirma que “qualquer RTO > 0” é, por definição, DR Microsoft Learn+1 (Anexo V – learn-microsoft2).

Também é relevante observar como outros fabricantes de soluções de rede e gerenciamento tratam arquiteturas análogas àquela ofertada pela Compwire. Documentação da Extreme Networks, por exemplo, descreve clusters de alta disponibilidade em que os serviços rodam em um único nó por vez, com sincronização em tempo real para um nó em standby; em caso de falha, ocorre o failover automático, o banco de dados é reconstruído a partir do estado sincronizado e o endereço IP virtual garante a continuidade do acesso, sendo o ambiente explicitamente classificado como “multi-node deployment for high availability”, ainda que o cluster “se apresente como single-node” e haja, tecnicamente, uma transição entre nós documentation.extremenetworks.com+1 (Anexo VI - extreme). Neste mesmo link a definição de alta disponibilidade é (tradução original): “Um cluster de alta disponibilidade é um grupo de servidores que oferece tempo de atividade contínuo ou tempo de inatividade mínimo para os aplicativos executados nos servidores do grupo. Se um aplicativo em um servidor falhar, outro servidor no cluster mantém a disponibilidade do aplicativo.” Em outro documento do mesmo fabricante, a arquitetura de alta disponibilidade permite configuração tanto em modo ativo-ativo quanto em ativo-passivo, deixando claro que HA não se limita a topologias em que todos os nós processam tráfego simultaneamente extreme-networks.my.site.com (Anexo VII – extreme2).

Esse panorama técnico evidencia duas conclusões que se contrapõem diretamente à narrativa da L8. Primeiro, o termo “restabelecimento dos serviços”, tal como empregado nas contrarrazões da Compwire, não constitui rótulo jurídico-técnico de recuperação de desastres, mas referência genérica ao resultado obtido após o failover automático entre nós de um cluster de alta disponibilidade, exatamente como descrito na documentação de outros fabricantes. A existência de uma sequência lógica de detecção de falha, decisão do nó de arbitragem e assunção imediata do nó secundário não significa, por si, que haja uma interrupção perceptível ou prolongada do serviço; significa apenas que, como em qualquer solução HA realista, há um intervalo técnico — de ordem de segundos — em que o sistema troca o nó ativo, mantendo sessões e políticas de forma transparente para o usuário. Segundo, a tentativa de equiparar qualquer tempo de comutação diferente de zero a um cenário de DR ignora que, na prática de mercado e na doutrina técnica, a alta disponibilidade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

é avaliada pela minimização e transparência desse tempo, e não pela sua eliminação absoluta.

Assim, quando o edital exige que “o outro componente assuma todas as operações e funcionalidades sem interrupção dos serviços”, a interpretação que se coaduna com a boa técnica e com a praxe de mercado é a de continuidade operacional sob a perspectiva do usuário e da rede, vedando-se paralisações relevantes, necessidade de intervenção manual ou perda de sessões. Não há base para exigir, a posteriori, que o NAC opere com RTO matematicamente igual a zero ou com arquitetura exclusivamente ativo-ativo, critérios que não constam do Termo de Referência e que, se adotados, restringiriam de forma ilegítima a competitividade do certame. A solução ofertada pela Compwire — com nós plenamente redundantes, sincronização contínua, mecanismo de failover automático supervisionado pelo servidor de arbitragem e manutenção transparente das funcionalidades do NAC — insere-se exatamente no conceito de alta disponibilidade reconhecido pela literatura especializada e por outros fabricantes líderes de mercado, atendendo, portanto, ao requisito editalício de continuidade sem interrupção dos serviços no sentido tecnicamente adequado.

MONITORAMENTO DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO – ITENS 17.11.25 X 17.11.26

A alegação apresentada pela L8 parte de uma leitura excessivamente restritiva — e, sobretudo, dissociada da redação do edital — ao pretender que o item 17.11.25 somente seria atendido mediante a existência de um módulo de hardware ou um agente de software instalável em qualquer ponto arbitrário da rede, independentemente da arquitetura contratada. Essa interpretação não encontra amparo no Termo de Referência, que não prescreve metodologia específica, tampouco exige que o componente instalável seja externo à solução de gerenciamento ofertada ou que opere de forma desvinculada da infraestrutura a ser adquirida.

O item 17.11.25 estabelece uma condição de resultado: o monitoramento da experiência do usuário deve ser realizado por hardware ou software instalados em pontos da rede definidos pela CONTRATANTE, com coleta simultânea em, no mínimo, dois pontos. Em nenhum trecho se afirma que tais pontos devem ser alheios à solução de switches, nem que devam estar apartados da infraestrutura de telemetria, nem que devam ser obrigatoriamente sondas independentes, nem tampouco que devam operar fora do domínio tecnológico do fabricante ofertado. O edital também não diferencia “telemetria” e “monitoramento da experiência do usuário” como métodos mutuamente exclusivos; ele descreve finalidades distintas nos itens 17.11.25 e 17.11.26, mas não impõe que a solução atenda ao item 17.11.25 utilizando mecanismos diferentes dos disponibilizados pela própria plataforma de gerenciamento.

A distinção entre os itens 17.11.25 e 17.11.26, por sua vez, não conduz à conclusão pretendida pela recorrente. O item 17.11.26 disciplina a telemetria entre switches e a plataforma de gerenciamento; já o 17.11.25 versa sobre monitoramento da experiência do



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

usuário a partir de pontos definidos pela Administração. A solução ofertada atende a ambos de forma complementar: utiliza a telemetria para enriquecer o diagnóstico e utiliza módulos de software para medir a jornada e a percepção do usuário em pontos relevantes da rede. A existência de telemetria nativa não impede, e de fato não substitui, os mecanismos de monitoramento de experiência — ambos coexistem dentro da arquitetura Huawei e ambos foram demonstrados pela proponente.

Também não procede a afirmação de que a Compwire teria deixado de comprovar a coleta simultânea em dois pontos distintos. A plataforma iMaster NCE-CampusInsight opera com múltiplos coletores e pontos de análise, correlacionando métricas obtidas em diferentes segmentos da rede. A recorrente restringe artificialmente o conceito de “ponto de coleta” a sondas independentes, ignorando que, em soluções modernas de gerenciamento, módulos instaláveis e coletores distribuídos funcionam como pontos de medição e são plenamente reconhecidos pela literatura técnica como mecanismos válidos de monitoramento passivo e ativo da experiência do usuário. A exigência do edital é que haja, no mínimo, dois pontos definidos pela Administração; não exige formato específico, nem agente físico dedicado, nem appliance externo à solução.

Em suma, a argumentação da L8 parte de premissas equivocadas, amplia de maneira indevida o texto editalício e tenta transformar uma exigência de resultado — medir a experiência do usuário — em uma obrigação metodológica rígida que não foi prevista pelo TRT. A solução apresentada pela Compwire atende ao item 17.11.25 porque disponibiliza software instalável para coleta em pontos definidos pela Administração, realiza correlação e análise da jornada do usuário e suporta medições simultâneas em mais de um ponto, em conformidade com a finalidade estabelecida no Termo de Referência. Não há, portanto, qualquer motivo técnico ou jurídico que ampare a alegação de inatendimento, devendo ser rejeitado o recurso da L8 quanto a este item.

INTEGRAÇÃO NAC-NGFW – ITEM 17.13.8.1 E SUBITENS 17.13.8.1.1, 17.13.8.1.2, 17.13.8.1.3 E 17.13.8.1.4.

A argumentação apresentada pela L8 parte de uma premissa equivocada sobre o que o edital efetivamente exige no item 17.13.8.1 e seus subitens. Embora a recorrente afirme que haveria um “deslocamento de foco” por parte da COMPWIRE, o que se verifica é justamente o oposto: a L8 tenta reconfigurar o requisito para exigir uma modalidade de integração proprietária, dependente de conectores específicos de cada fabricante de NGFW, quando o Termo de Referência jamais impôs tal obrigação. O edital estabelece um requisito de resultado — que o NAC integre-se funcionalmente com soluções de NGFW dos fabricantes Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto, permitindo segmentação dinâmica e compartilhamento de informações — mas não prescreve a forma pela qual essa integração deve ocorrer, tampouco determina que o NAC utilize protocolos exclusivos, APIs nativas, SDKs proprietários ou mecanismos particulares de cada um desses fabricantes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

A tentativa da L8 de restringir o conceito de integração funcional à existência de conectores dedicados (como pxGrid, User-ID, RSSO nativo ou Identity Awareness proprietária) representa clara ampliação das exigências editalícias. O edital fala em “prover segmentação dinâmica de rede e compartilhamento de informações”, sem qualquer imposição quanto à direção lógica da integração, ao fluxo exato de mensagens, ao mecanismo interno de disparo de políticas ou à arquitetura de interoperabilidade utilizada. Exigir que o NAC “inicie e conduza” a integração de forma proprietária, como sustenta a recorrente, significaria impor requisitos sobre o como fazer, quando o TRT deliberadamente estabeleceu apenas o o que deve ser entregue.

A integração funcional entre NAC e NGFW, no mercado e na literatura técnica, é tradicionalmente construída sobre protocolos amplamente aceitos, como RADIUS, RADIUS Accounting, Change of Authorization (CoA) e Dynamic Authorization (DM). Não se trata de solução meramente “genérica”, como tenta sugerir a L8, mas do padrão de interoperabilidade entre fabricantes, utilizado justamente para que soluções heterogêneas possam funcionar de forma coordenada. Firewalls Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto não apenas suportam essa integração como dependem desses mecanismos para ingestão de atributos de identidade, grupos, papéis e contexto de sessão, utilizados para aplicação de políticas dinâmicas. Classificar esses firewalls como “meros Admission Devices” é, além de tecnicamente incorreto, um equívoco conceitual: o fato de um NGFW receber atributos via RADIUS Accounting não o torna um “cliente genérico”, mas sim uma peça ativa da arquitetura de controle de acesso, exatamente como previsto nas integrações multi-vendor.

Da mesma forma, afirmar que “não há documentação que demonstre fluxos claros em que o NAC Huawei inicia e conduz a integração com os NGFW” parte de uma premissa que o edital jamais exigiu. O TR não menciona fluxo de iniciativa, handshakes proprietários, APIs específicas, triggers nativos ou orquestração iniciada exclusivamente pelo NAC. O que se exige — e que foi demonstrado pela COMPWIRE — é que a solução seja capaz de: (i) autenticar usuários e dispositivos; (ii) enviar atributos relevantes ao NGFW; (iii) suportar mecanismos de segmentação dinâmica; e (iv) prover o compartilhamento de informações necessário para políticas de segurança adaptativas. Isso é exatamente o que o Huawei iMaster NCE-Campus realiza por meio dos protocolos padronizados que suportam interoperabilidade com todos os fabricantes listados.

Ademais, a diligência formal conduzida pelo próprio Tribunal já analisou este ponto de forma objetiva e concluiu pelo atendimento pleno do requisito, após verificação de documentação técnica e de mecanismos de integração disponíveis na versão ofertada da solução. A L8, ao contestar novamente esse ponto, não apresenta elementos novos, mas repete interpretação restritiva que extrapola os limites do TR ao tentar transformar padrões técnicos comuns em requisito de conectividade proprietária.

Assim, a integração oferecida pela solução Huawei não transfere para os firewalls a “responsabilidade” pela integração, como tenta sugerir a recorrente. O que ocorre é exatamente o que o edital exige: o NAC autentica, classifica, associa atributos e compartilha



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

contexto; o NGFW consome essas informações e aplica políticas. Esse fluxo está perfeitamente alinhado tanto ao modelo técnico predominante no mercado quanto à redação do TR, que não restringe a integração a modelos específicos de fabricantes.

Diante disso, fica claro que as alegações apresentadas pela L8 não têm amparo técnico nem jurídico. A solução ofertada integra-se funcionalmente com firewalls Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto utilizando protocolos abertos reconhecidos por todos esses fabricantes, cumpre a segmentação dinâmica prevista no edital e satisfaz integralmente o requisito de compartilhamento de informações. A interpretação da recorrente, ao tentar exigir conectores exclusivos e mecanismos proprietários não previstos no edital, deve ser rejeitada.

Adoto, integralmente, como fundamentos desta decisão administrativa, as conclusões da análise técnica da equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação, acima transcrita, com fundamento no art. 50, § 1º, da Lei nº. 9.784, 1999 (“§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato”)

CONCLUSÃO

Face ao exposto, considerando os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, **NEGO PROVIMENTO** aos argumentos apresentados pela empresa **L8 GROUP SA.** e mantenho a decisão que declarou vencedora a empresa licitante **COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA.**

Alexandro Furquim

Pregoeiro

De acordo:

Paulo Celso Gerva

Diretor da Secretaria de Licitações e Contratos